II – Autorizo ainda complemento e cancelamento da Nota de Empenho, se necessário for, no decorrer da execução orçamentária.

III – Publique-se

DESPACHO –

O Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

Processo nº 6210.2018/0008574-3 I - À vista dos elementos constantes no procedimento administrativo em tela, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 4º, inciso XV da Lei 13.766 , de 21 de janeiro de 2004, AUTORIZO a emissão do Extrato de Reserva e Nota de Empenho por estimativa, no importe de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para fazer face às despesas de Folha de Pagamento dos Médicos Residentes, para o exercício de 2019, onerando-se a dotação orçamentária 02. 10.122.3024.2.100.3.3.90.36.00, tão logo ocorra a publicação do orçamento de 2019 e a disponibilização de tais funções no sistema de execução orçamentária.

II – Autorizo ainda complemento e cancelamento da Nota de Empenho, se necessário for, no decorrer da execução orçamentária.

III – Publique-se

DESPACHO –

O Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

Processo nº 6210.2018/0008568-9 I - À vista dos elementos constantes no procedimento administrativo em tela, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 4º, inciso XV da Lei 13.766 , de 21 de janeiro de 2004, AUTORIZO a emissão do Extrato de Reserva e Nota de Empenho por estimativa, no importe de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), a favor do Hospital do Servidor Público Municipal, CNPJ nº 46.854.998/0001-92, para fazer face às despesas com Folha de Pagamento referente às férias, para o exercício de 2019, onerando a Dotação Orçamentária nº 02.10 10.122.3024.2.100 3.1.90.11.00, tão logo ocorra a publicação do orçamento de 2019 e a disponibilização de tais funções no sistema de execução orçamentária.

II – Autorizo ainda complemento e cancelamento da Nota de Empenho, se necessário for, no decorrer da execução orçamentária.

III – Publique-se

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 6018.2018/0045008-1

SMS/NTCSS - NÚCLEO TÉCNICO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL MUNICIPAL DO M'BOI MIRIM
BALANÇO PATRIMONIAL 2017 - CEJAM - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DR. JOÃO AMORIM

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Hospital Municipal M'Boi Mirim

CNPJ nº 66.518.267/0008-50

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Ativo Circulante			
Caixa e Fundo Fixo de Caixa	4	2.100,00	629,11
Bancos - Contas Movimento	5	17.170,79	4.529,57
Adiantamentos a Fornecedores		223.096,07	268.870,37
Adiantamentos a Empregados	6	320.388,49	408.039,72
Impostos Recuperáveis		2.865,18	2.865,18
Outros Créditos		-	247.171,55
Estoques	7	1.606.578,44	1.609.285,02
Despesas Antecipadas		160.738,85	126.449,37
		2.332.937,82	**2.667.839,89**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	4.922.040,51	7.062.504,06
Intangível	9	78.651,87	99.083,28
		5.000.692,38	**7.161.587,34**
Total do Ativo		**7.333.630,20**	**9.829.427,23**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2017	2016
Passivo Circulante			
Fornecedores	10	5.790.160,04	5.116.741,93
Obrigações Trabalhistas	11	5.050.584,02	4.341.353,65
Obrigações Sociais e Fiscais	12	4.052.625,88	3.158.808,74
Empréstimos Bancários	13	7.856.015,01	7.270.337,87
Contas a Pagar		744.328,51	500.241,57
Provisões para Férias e Encargos		9.406.997,47	8.449.607,93
		32.900.710,93	**28.837.091,69**
Passivo não Circulante			
Provisões para Contingências	14	322.210,84	502.710,84
Bens Públicos em nosso poder	15	5.000.692,38	7.161.587,34
		5.322.903,22	**7.664.298,18**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		(26.671.962,64)	(27.335.537,68)
Superávit / (Déficit) do Exercício		(3.978.547,15)	663.575,04
Transferências Patrimoniais		(239.474,16)	-
		(30.889.983,95)	**(26.671.962,64)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**7.333.630,20**	**9.829.427,23**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2016	**(17.430.080,22)**	**(9.905.457,46)**	**-**	**(27.335.537,68)**
Incorporação do Déficit Anterior	(9.905.457,46)	9.905.457,46	-	-
Superávit do Exercício	-	663.575,04	-	663.575,04
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(27.335.537,68)**	**663.575,04**	**-**	**(26.671.962,64)**
Incorporação do Superávit Anterior	663.575,07	(663.575,07)	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(239.474,16)	(239.474,16)
Déficit do Exercício	-	(3.978.457,15)	-	(3.978.457,15)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(26.671.962,64)**	**(3.978.457,15)**	**(239.474,16)**	**(30.889.983,95)**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)

	Notas	2017	2016
Receitas Líquidas		**158.374.292,59**	**156.868.367,01**
Contrato de Gestão	16	157.608.698,15	154.620.976,96
Realização de Bens Públicos em nosso poder		765.594,44	2.247.390,05
Custos		**(156.809.681,03)**	**(148.371.230,63)**
Pessoal e Reflexo	18	(103.446.979,70)	(96.676.371,85)
Serviços Terceirizados	19	(32.021.990,08)	(30.318.335,60)
Medicamentos e Materiais de Consumo	20	(21.340.711,25)	(21.376.523,18)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	26	(25.265.507,33)	(21.825.869,09)
(-) Isenção da CPP Usufruída	26	25.265.507,33	21.825.869,09
(=) Resultado Bruto		**1.564.611,56**	**8.497.136,38**
Despesas		**(5.663.525,77)**	**(7.324.740,52)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(307.095,85)	(299.783,28)
Despesas Gerais	21	(5.256.710,54)	(6.381.218,33)
Provisões para Contingências		(99.719,38)	(643.738,91)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**641.557,30**	**627.461,39**
Receitas com Doações		7.500,00	-
Outras Receitas		634.057,30	627.461,39
Trabalho Voluntário		**-**	**-**
Receitas do Trabalho Voluntário		-	33.792,00
(-) Custos com Serviço Voluntário		-	(33.792,00)
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**(3.457.356,91)**	**1.799.857,25**
Resultado Financeiro	17	**(521.190,24)**	**(1.136.282,21)**
Receitas Financeiras		312.913,93	16.584,54
(-) Despesas Financeiras		(834.104,17)	(1.152.866,75)
Superávit / (Déficit) do Exercício		**(3.978.547,15)**	**663.575,04**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)

Atividades Operacionais	2017	2016
Superávit / (Déficit) do Exercício	(3.978.547,15)	663.575,04
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	45.774,30	(17.709,14)
Adiantamentos a Empregados	87.651,23	(36.319,44)
Impostos Recuperáveis	-	3.620,13
Outros Créditos	247.171,55	1.310.389,56
Estoques	2.706,58	(170.285,10)
Despesas Antecipadas	(34.289,48)	27.349,78
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	673.418,11	426.654,66
Obrigações Trabalhistas	709.230,37	132.254,52
Obrigações Sociais e Fiscais	893.817,14	339.551,46
Provisões para Férias e Encargos	957.389,54	895.747,31
Provisões para Contingências	(180.500,00)	(42.000,00)
Outras Obrigações	244.086,94	(1.099.809,98)
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**(332.090,87)**	**2.433.018,80**
Atividades de Financiamento		
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	585.677,14	(2.436.015,64)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(239.474,16)	84,90
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**346.202,98**	**(2.435.930,74)**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**14.112,11**	**(2.911,94)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	5.158,68	8.070,62
Disponibilidades no Final do Exercício	19.270,79	5.158,68
Variação Líquida nas Disponibilidades	**14.112,11**	**(2.911,94)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O **CEJAM** qualificado como Organização Social, em parceria com da **Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBIBHAE**, através do Contrato de Gestão nº 004/2008 SMS.G/NTCSS firmado com a **Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo** em 07 de fevereiro de 2008, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal M`Boi Mirim** (**"Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch"**) com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. Em 07 de fevereiro de 2011, através do Termo Aditivo nº 006/2011 SMS.G/NTCSS, ocorreu a renovação do prazo de vigência do contrato por mais três anos. No exercício de 2015 sua prorrogação ocorreu através do Termo Aditivo nº 012/2015 até 06 de agosto de 2015 e através do Termo Aditivo nº 013/2015 até 31 de dezembro de 2015. Para o exercício de 2016, o Termo Aditivo nº 018/2016-SMS.G/NTCSS, de 14 de abril de 2016, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de dezembro de 2016, com recursos para custeio, no montante anual de R$ 154.620.977,02. Para o exercício de 2017, o Termo Aditivo nº 019/2016-SMS.G/NTCSS, de 24 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 30 de junho de 2017, com recursos para custeio, no montante anual de R$ 76.107.816,54. Em 30 de junho de 2017, através do Termo Aditivo nº 020/2017-SMS.G/NTCSS, ocorreu a renovação até de 31 de dezembro de 2017, com recursos no montante de R$ 76.107.816,54. A Entidade, para fazer frente ao déficit e passivo a descoberto, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **• Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **• Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2017 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2016. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 3 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2017	2016
Caixa	100,00	100,00
Fundo Fixo de Caixa	2.000,00	529,11
	2.100,00	**629,11**

5. Bancos - Contas Movimento	2017	2016
Banco Santander (Brasil) S.A.	17.170,79	4.529,57
	17.170,79	**4.529,57**

6. Adiantamento a Empregados	2017	2016
Adiantamentos de Férias	320.388,49	408.039,72
	320.388,49	**408.039,72**

7. Estoques	2017	2016
Medicamentos	581.841,06	634.086,01
Materiais de Uso dos Pacientes	749.170,87	682.212,97
Gêneros Alimentícios	74.192,62	81.972,00
Produtos de Limpeza	46.258,51	64.132,76
Materiais de Manutenção	42.640,16	39.419,34
Rouparia	23.200,53	23.232,53
Outros Materiais de Consumo	89.274,69	84.229,41
	1.606.578,44	**1.609.285,02**

8. Imobilizado

Imobilizado de Gestão Pública	Taxa	2017	2016
Benfeitorias	33%	2.895.173,63	2.895.173,63
Máquinas e Equipamentos	10%	1.376.599,27	1.350.127,77
Equipamentos de Uso Médico	10%	15.531.347,94	15.555.938,94
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	270.369,52	270.369,52
Equipamentos de Informática	20%	1.858.931,50	1.869.187,30
Móveis e Utensílios	10%	4.077.585,19	4.054.232,59
(-) Depreciação Acumulada		(21.087.966,54)	(18.932.525,69)
		4.922.040,51	**7.062.504,06**

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível

Intangível De Gestão Pública	Taxa	2017	2016
Direito de Uso de Sistemas	20%	1.889.325,54	1.869.623,52
(-) Amortização Acumulada		(1.810.673,67)	(1.770.540,24)
		78.651,87	**99.083,28**

10. Fornecedores	2017	2016
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	2.224.996,55	1.789.900,39
Fornecedores de Serviços - Pessoas Jurídicas	3.455.541,34	3.246.902,70
Fornecedores de Serviços - Pessoas Físicas	109.622,15	79.938,84
	5.790.160,04	**5.116.741,93**

11. Obrigações Trabalhistas	2017	2016
Salários a Pagar	5.031.752,37	4.291.526,09
Rescisões a Pagar	-	34.698,09
Pensões Alimentícias a Pagar	18.831,65	15.129,47
	5.050.584,02	**4.341.353,65**

12. Obrigações Sociais e Fiscais	2017	2016
INSS a Recolher	811.994,72	411.069,67
FGTS a Recolher	880.867,10	733.540,13
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	3.293,73	(6.455,40)
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	-	119.215,67
IRRF a Recolher	2.262.714,79	1.807.353,04
CSRF a Recolher	74.406,21	69.418,18
INSS Retido de PJ a Recolher	13.170,84	17.796,58
ISS Retido na Fonte a Recolher	6.178,49	6.870,87
	4.052.625,88	**3.158.808,74**

13. Empréstimos Bancários	2017	2016
Banco Bradesco S.A. (Conta Garantida)	1.716.892,39	1.000.083,90
Banco Santander S.A. (Conta Garantida)	6.139.122,62	6.270.253,97
	7.856.015,01	**7.270.337,87**

A entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander, com limites máximos de R$ 4.000.000,00 e R$ 7.000.000,00, para garantir suas as operações em caso de insuficiência de caixa. A taxa juros pós-fixadas equivale a 0,54% a.m. no Bradesco e 0,55% a.m. no Santander, acrescida do CDI.

14. Provisões para Contingências	2017	2016
Provisões para Contingências Trabalhistas	322.210,84	502.710,84
	322.210,84	**502.710,84**

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R$ 494.500,00, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

Processos com Perda Possível	2017
De natureza Trabalhista	494.500,00
	494.500,00

15. Bens Públicos em Nosso Poder

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 5.000.692,38 em 2017 e R$ 7.161.587,34 em 2016, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

16. Receitas com Contrato de Gestão	2017	2016
Contrato de Gestão 004/2008 (Hospital Mun. M'Boi Mirim)	157.608.698,15	154.620.976,96
	157.608.698,15	**154.620.976,96**

17. Receitas e Despesas Financeiras	2017	2016
Descontos Obtidos	312.913,93	16.584,54
(-) Juros Bancários	(819.042,54)	(1.129.742,70)
(-) Tarifas Bancárias	(15.061,63)	(14.972,92)
(-) Juros e Mora Comerciais	-	(5.231,22)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	-	(2.919,91)
	(521.190,24)	**(1.136.282,21)**

18. Custos com Pessoal Próprio	2017	2016
Remunerações	91.240.730,07	84.926.121,39
Benefícios	3.831.190,11	3.893.465,60
Encargos Sociais	8.375.059,52	7.856.784,86
	103.446.979,70	**96.676.371,85**

19. Custos com Serviços Terceirizados	2017	2016
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	30.304.896,12	28.569.508,03
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	1.695.486,96	1.735.584,57
Bolsistas e Estagiários	21.607,00	13.243,00
	32.021.990,08	**30.318.335,60**

20. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2017	2016
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	15.173.233,90	15.356.036,73
Materiais de Consumo	3.341.147,90	3.389.771,14
Materiais de Conservação e Reparos	663.035,06	660.109,77
Outros Materiais e Insumos	2.163.294,39	1.970.605,54
	21.340.711,25	**21.376.523,18**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 08/01/2019 08:42:59.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 29153863] - www.imprensaoficial.com.br